



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ
PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO 2021 - ÁREAS ADMINISTRATIVAS**

PROVA PORTUGUÊS – TODOS OS CURSOS

MPF ajuíza ação civil para que Funai e União prossigam com o processo de demarcação da TI Menkü (MT)

O Ministério Público Federal MPF ajuizou uma ação civil pública contra a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a União, com pedido de tutela provisória de urgência, para que seja dado imediato prosseguimento no processo administrativo de demarcação da Terra Indígena Menkü, do povo Myky. Na ação, o MPF pede também que os autos devem ser encaminhados ao ministro de Estado de Justiça e Segurança Pública, com a continuidade das demais fases previstas no Decreto nº 1775/96.

O ajuizamento da ACP tem como base o Inquérito Civil que objetiva acompanhar o procedimento de revisão de limites da Terra Indígena Menkü, conduzido pela Funai, assim como o andamento de processos judiciais relacionados ao caso. Dentro do inquérito, após a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) autorizando a continuidade dos trabalhos de revisão de limites de demarcação da referida terra indígena, a Funai foi questionada sobre os andamentos do processo de revisão.

Com isso, o MPF soube, por meio de ofício da fundação, que os autos do processo administrativo de revisão de limites da Terra Indígena Menkü foram devolvidos à Diretoria de Proteção Territorial para reanálise sob o crivo da nova gestão. De acordo com o procurador da República, titular do Ofício de Populações Indígenas, Ricardo Pael Ardenghi, “a inusitada notícia de que o processo estava ‘andando para trás’ levou à requisição de explicações da Funai sobre a adoção de providência não prevista e contrária ao rito do processo demarcatório, conforme o Decreto nº 1775/96”.

A Funai informou que a devolução do processo teve como base o parecer da Advocacia-Geral da União, embasado no Parecer nº 001, e que teve seus efeitos recentemente suspensos pelo

Supremo Tribunal Federal (STF), ou seja, sem validade. A fundamentação ainda foi feita no poder de autotutela da administração. O MPF requisitou à Funai as cópias das normativas citadas e a indicação expressa dos vícios existentes no procedimento de demarcação da TI Menkü que teriam motivado, no uso da autotutela, a sua devolução à Diretoria de Proteção Territorial (DPT), mas não houve resposta.

O despacho que alterou o prosseguimento do procedimento, “criando uma inusitada fase de ‘reanálise’”, foi assinado pela chefe de gabinete da Presidência da Funai, e limita-se a informar que foi considerado o lapso temporal transcorrido, e que, de ordem do “Senhor Presidente desta Fundação restituo os presentes autos à DPT, para reanálise técnica por parte de sua nova gestão”.

O procurador da República Ricardo Pael enfatiza, no bojo da ACP, que os fundamentos utilizados para justificar a “inovação procedimental” e determinar a “reanálise” foram, simplesmente, a “ordem do Senhor Presidente” da Funai, e não qualquer vício procedimental a embasar o uso do poder-dever de autotutela.

“Com efeito, os despachos, pareceres, cotas e informações técnicas mencionados acima deixam clara a ilegalidade do ato administrativo que determinou o retrocesso no procedimento demarcatório e, mais ainda, evidenciam que o processo estava suficiente e regularmente instruído, pronto para ser encaminhado ao Ministro da Justiça e Segurança Pública. O ato do presidente da Funai que determina o retrocesso contraria as conclusões da própria Funai, por meio de seus setores competentes, além de violar princípios constitucionais”, ressaltou Pael, no documento.

<http://www.mpf.mp.br/mt/sala-de-imprensa/noticias-mt/>

1 - A partir da leitura do texto, depreende-se no primeiro parágrafo que:

- a.() A Ação Civil Pública que o Ministério Público ajuizou contra a FUNAI e a União pede também que seja encaminhado pedido ao Ministro de Estado e Justiça em desfavor das demarcações de Terra Indígenas.
- b.() O Povo Myky, proprietário das Terras indígenas, estão ajuizando ação civil pública, em conjunto com o Ministério Público, contra a FUNAI e a União para a demarcação das Terras Indígenas.
- c.() O Ministério Público, na ação civil pública proposta contra a FUNAI e a União não pede que os autos devam ser encaminhados ao Ministro de Estado e Justiça e Segurança Pública.
- d.() O Ministério Público, em conjunto com a FUNAI e a União, ajuizaram uma ação civil pública para que seja dado imediato prosseguimento no processo administrativo de demarcação da Terra indígena.
- e.() A Ação civil pública movida contra a FUNAI e a União foi ajuizada pelo Ministério Público, com o pedido de tutela de urgência, para que seja dado imediato prosseguimento ao Processo Administrativo de demarcação de Terras Indígenas.

2 - De acordo com a interpretação do texto, marque a opção correta. Infere-se do texto que:

- a.() A Ação Civil Pública tem como base o Inquérito Civil que não autoriza a continuidade dos trabalhos de revisão de limites de demarcação das terras indígenas.
- b.() O MPF soube que os autos do processo administrativo de revisão de limites da Terra indígena Menku estão sob reanálise e foram devolvidos para a fundação que está sob direção da Diretoria de Proteção Territorial.
- c.() O Inquérito Civil tem por objetivo acompanhar o procedimento de revisão de limites da Terra indígena Menku e o andamento de processos Judiciais relacionados ao caso.
- d.() O MPF questionou a FUNAI, por meio de ofício, sobre o andamento do processo administrativo que devolvia as terras Indígenas ao povo Myky, após a decisão da Diretoria de Proteção Territorial.
- e.() O procedimento de revisão de limites da Terra Indígena Menku permitiu que o Ministério Público, após a decisão do TRF da 1ª Região (TRF1), reanalisasse a sua nova gestão.

3 - No primeiro parágrafo, a frase “com pedido de tutela provisória de urgência” está escrita entre vírgulas. Marque a opção que a vírgula não foi empregada em conformidade com a norma-padrão:

- a.() Os pesquisadores anunciaram que, brevemente, uma nova vacina será testada.
- b.() O Assessor discordou da decisão do Deputado, e pediu demissão do cargo.
- c.() O prefeito pressionou os vereadores, e o projeto foi aprovado rapidamente.
- d.() Assim que caírem as primeiras chuvas, será iniciado o plantio de grãos.
- e.() Os turistas adoram visitar museus, os quadros mais admirados são os de arte moderna.

4 - No texto, o vocábulo “provisória” está conforme o padrão da língua portuguesa. Marque o item em que todas as palavras não apresentam erro quanto à grafia.

- a.() mosaico, crisálida, fusível, grisalho, quisemos;
- b.() mosaico, balisa, fusíl, grisalho, quisemos;
- c.() crisálida, grisalho, graniso, colisão, quizemos;
- d) mosaico, fusível, colisão, fusil, quisemos
- e.() fusível, amenisar, grisalho, quisemos, fusil

5 - Identifique a opção incorreta, conforme as regras da Concordância Verbal:

- a.() Publicaram-se, nos jornais, essa notícia.
- b.() Divulgam-se boatos alarmistas.
- c.() Nunca se precisou tanto de profissionais de saúde.
- d.() Durante o período eleitoral, divulgam-se boatos alarmistas.
- e.() Lê-se bastante em tempos de isolamento social.

6 - Assinale a alternativa em que está correto o uso do acento indicativo de crase:

- a.() Eles fizeram críticas à algumas contratações de médicos estrangeiros;
- b.() A trilha pela mata vai até à cachoeira.
- c.() Os historiadores sempre se referem à Roma.
- d.() Os turistas viajaram o país de ponta à ponta.
- e.() Na estação de cruzeiros, o imenso navio nunca retorna à terra.

7 - Assinale a opção que não está de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa:

- a.() Você exige que nós dêmos apoio à sua proposta de contrato?
- b.() O pedreiro encheu a fôrma com concreto.
- c.() Ontem o advogado não pôde ir ao escritório.
- d.() Os professores intervêm no processo de escolha dos alunos aprovados.
- e.() O Diretor nomeado provém de uma seleção rigorosa da comunidade escolar.

8 - Considere as frases a seguir e marque a opção correta quanto à regência nominal e verbal.

- a.() A sentença do juiz foi favorável o réu.
- b.() Os empregados preferem aumento de salário do que hora extra.
- c.() A casa em que eles moram é simples, porém confortável.
- d.() Eva não quis perdoar o namorado.
- e.() A enfermeira assistiu o debate sobre biossegurança.

9 - Quanto à concordância nominal, marque a assertiva incorreta:

- a.() A multa está inclusa nestes valores.
- b.() As certidões irão em anexo ao contrato.
- c.() As servidoras mesmas tomaram essa decisão.
- d.() Temos razões bastantes para acreditar no interrogado.
- e.() A cópia do processo da empresa Beta veio anexo aos documentos.

10 - Nos itens a seguir, indique a alternativa incorreta quanto ao emprego dos verbos:

- a.() No futuro, haverá cidades espaciais.
- b.() Neste sábado, houve dois shows na cidade.
- c.() Se faltarem novamente, eles se haverão com o coordenador do curso.
- d.() Já haviam muitos anos que não visitava minha cidade natal.
- e.() Os dois candidatos houveram-se com dignidade durante a campanha.